



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS

Nº do Termo: 5614 - Eletrônico -/2025 1320.01.0077074/2023-32

Termo de Doação que entre si celebram o Estado de  
Minas Gerais, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde,**  
**e o Município de Biquinhas**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.715.516/0001-88, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4.143, 12º andar - Prédio Minas - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, neste ato representada pelo Subsecretário de Vigilância em Saúde, **Sr. Eduardo Campos Prosdociami**, CPF \*\*\*.504.406-\*\*, doravante denominado **DOADOR** e o **Município de Biquinhas**, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.296.640/0001-56, com sede na Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas, CEP 35.621-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Euclides Pinto Coelho**, doravante denominado **DONATÁRIO**, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 22.812/2017, Decreto Estadual nº 47.622/2019, Resolução SEPLAG nº 37/2010 e nos termos abaixo discriminados.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. Constitui(em) objeto(s) do presente termo a doação, pelo **DOADOR**, em caráter definitivo e sem encargos, ao **DONATÁRIO**, do(s) material(is) constante(s) do Quadro de Detalhamento de Item(ns) doado(s).
- 1.2. O(s) bem(ns) foi(ram) vistoriado(s) pelo **DONATÁRIO**, que o(s) aceita no estado em que se encontra(m).

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DA DOAÇÃO:

- 2.1. A presente doação justifica-se para fins e uso de interesse social, quais sejam, a distribuição de material necessário ao desempenho das atividades exercidas pelo beneficiário para o Controle de Vetorial das Arboviroses.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

- 3.1. Para efeito contábil, o valor total do(s) material(s) doado(s) é de **R\$ 1.710,86** (um mil setecentos e dez reais e oitenta e seis centavos), conforme informações extraídas do controle patrimonial do **DOADOR**.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

##### 4.1. DO DONATÁRIO:

- 4.1.1. Utilizar o(s) material(is) doado(s) exclusivamente para fins e uso de interesse social, de acordo com a cláusula segunda, do presente termo, não podendo ser utilizado(s) para atendimento a serviços privados, conveniados ou contratados.
- 4.1.2. Deverá ser providenciado o registro definitivo do(s) material(s) em seu patrimônio ou estoque em um prazo de até 60 (sessenta) dias após seu efetivo recebimento.

**4.1.3.** Adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do(s) material(s) doado(s) junto ao órgão competente e suportar quaisquer ônus financeiros decorrentes da doação:

**4.1.3.1.** Em se tratando de veículo, deverá registrá-lo(s) junto ao órgão de trânsito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme determina o §1º do art. 123 da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – CTB ou, nos casos que a legislação especial prever, prazo diferencial.

**4.1.3.2.** No(s) caso(s) de veículo(s) novo(s), nacional(s) ou importado(s), deverá registrar e licenciar, em seu nome, junto ao órgão de trânsito do município, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos à data de saída do(s) veículo(s), constante da nota fiscal ou documento alfandegário correspondente, do pátio da fábrica, da indústria encarregadora ou concessionária e do Posto Alfandegário, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 911 de 28/03/2022.

**4.1.4.** Em se tratando de material permanente, deverá ser mantida placa de patrimônio, quando fornecida pelo **DOADOR**, juntamente com a placa de patrimônio do **DONATÁRIO**, permitindo a identificação do(s) material(s) pelo **DOADOR** durante toda sua vida útil.

**4.1.5.** O **DONATÁRIO** não poderá negociar o(s) material(s) sobre qualquer forma, salvo após a análise da fonte do recurso e autorização expressa pelo **DOADOR**, especialmente tanto à alienação, locação, empréstimo e permuta, devendo a qualquer tempo, disponibilizá-lo para inspeção, ficando vedada a sua utilização em atividade promocional em favor de quem quer que seja especialmente a candidato a cargo eletivo ou partido político e a inserção de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores, bem como a veiculação de propaganda.

**4.1.5.1.** Excepcionalmente no caso da alienação por venda, autorizada previamente pelo **DOADOR**, os recursos auferidos deverão ser aplicados para a mesma finalidade que da doação.

**4.1.6.** Em se tratando de veículo(s), deverá ser mantida a sua caracterização original, bem como deverá ser providenciada, obrigatoriamente, em local visível, a inscrição “Veículo a serviço e sob a responsabilidade do **DONATÁRIO**”; em caso de doação entre administração direta e indireta ou entre entidades da administração indireta, deverá ser providenciada a plotagem e adesivagem de acordo com o modelo adotado pelo Estado.

**4.1.7.** Receber o bem doado, mediante assinatura de Termo de Entrega e Recebimento.

**4.1.8.** O **DONATÁRIO** deverá preencher e encaminhar ao **DOADOR** “**Relatório de Utilização do Material Dado**” na periodicidade prevista no “**Plano de Acompanhamento da Doação**”, conforme previsto na Cláusula Nona.

## **4.2. DO DOADOR:**

**4.2.1.** Disponibilizar ao **DONATÁRIO** o(s) material(s) relacionado(s) no Quadro de Detalhamento de Item(s) dados;

**4.2.2.** Promover a baixa contábil do(s) material(s);

**4.2.3.** Acompanhar a correta utilização do(s) material(s) segundo a finalidade estabelecida na Cláusula Segunda;

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVOGAÇÃO, DO DISTRATO E DAS PENALIDADES:**

**5.1.** A não utilização do(s) material(is) relacionado(s) como objeto(s) da doação para as finalidades estabelecidas na Cláusula Segunda, o descumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas, bem como a não retirada do bem pelo **DONATÁRIO**, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias (Lei Estadual nº 22.812/2017), importará na revogação unilateral da doação, com a consequente reversão do(s) material(is) ao **DOADOR**, sem a necessidade de qualquer outra medida judicial ou extrajudicial e sem que caiba ao donatário indenização de qualquer natureza.

**5.2.** A qualquer momento, o **DOADOR** poderá solicitar ao **DONATÁRIO** relatório de utilização do objeto doado, a fim de comprovar que o **DONATÁRIO** está atendendo aos preceitos da **CLÁUSULA QUARTA**.

**5.3.** O presente instrumento de doação poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do **DOADOR**, quanto do **DONATÁRIO**, mediante prévia manifestação da Assessoria Jurídica ou unidade equivalente do **DOADOR**.

**5.4.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nesta cláusula, o **DONATÁRIO** deverá devolver o(s) material(s) doado(s), no prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação efetuada pelo **DOADOR**, arcando com os custos da devolução e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) mesmo(s).

**5.4.1.** O valor, a natureza e a extensão da depreciação serão apurados em processo administrativo específico,

observados o contraditório e ampla defesa.

**5.4.2.** Constituído o débito em favor do **DOADOR**, nos termos Cláusula 5.4.1, caberá ao **DOADOR** a adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES:**

**6.1.** O **DOADOR** não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, bem como pela evicção do (s) material (s) doado (s), ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual.

**6.2.** Quaisquer ônus e responsabilidades que recaiam sobre o(s) material(s) ou decorram de sua utilização a partir da data de assinatura deste Termo são de inteira responsabilidade do **DONATÁRIO**, não recaindo sobre o Estado de Minas Gerais, ainda que subsidiariamente.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DOCUMENTAL:**

**7.1.** O presente Termo deverá ser arquivado por ambas as partes para controle e informação, devendo ser disponibilizado, caso seja necessário, para conferência e auditoria, por, no mínimo, 05 (cinco) anos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**

**8.1.** Incumbirá ao **DOADOR** divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO:**

**9.1.** O **DONATÁRIO** encaminhará à **Unidade Regional de Saúde de Sete Lagoas (URSSET)**, responsável pelo acompanhamento da presente doação, por meio eletrônico, a cada período de tempo definido no "**Plano de Acompanhamento da Doação**" (126178265), a partir da entrega do (s) bem (ns), "**Relatório de Utilização do Material Dado**", conforme modelo, a fim de comprovar a aplicação do (s) material (is) transferido (s) às finalidades constantes na Cláusula Segunda deste termo.

**9.2.** O não envio do Relatório a que se refere o item 9.1, no prazo apropriado, também poderá implicar na consequência a que se refere a Cláusula Quinta deste instrumento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**10.1.** A eficácia desta doação fica condicionada à tradição do(s) material(s).

**10.2.** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

**11.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões que porventura venham a surgir em função do presente termo.

E, por estarem justas e acertadas, assinam eletronicamente o presente instrumento.

**Euclides Pinto Coelho**

Prefeito do Município de Biquinhas

**Eduardo Campos Prosdocimi**

Subsecretário de Vigilância em Saúde

**QUADRO DE DETALHAMENTO DE MATERIAL(AIS) DOADO(S)**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	E/C (Conforme o SIAD)	FONTE DO RECURSO	VALOR
1	BOMBA COSTAL DE PULVERIZAÇÃO MOTORIZADA	1	52983366	BOM	TESOURO	R\$ 1.710,86
TOTAL						R\$ 1.710,86

*\*E/C = Estado de Conservação*



Documento assinado eletronicamente por **Euclides Pinto Coelho, Prefeito Municipal**, em 24/11/2025, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Campos Prosdocimi, Subsecretário(a)**, em 24/11/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **125432552** e o código CRC **25F3BE6C**.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2025.

Coordenação de Formalização de Transferência de Bens - Secretaria de Estado de Saúde - Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - CEP 31630-900 - Belo Horizonte - MG

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1320.01.0077074/2023-32

SEI nº 125432552

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Superintendente de Judicialização da Saúde da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 031/2023 - NJS, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 1320.01.00894/2023-63, instaurado em desfavor de CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ nº 44.734.671/0001-51 para apurar descumprimento contratual, DECIDE com base nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (0144169), bem como pelas demais provas também já colacionadas, APLICAR a penalidade de MULTA no valor histórico de R\$ 815,76 (oitocentos e quinze reais e setenta e seis centavos), o qual deve ser atualizado conforme parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Superintendente de Judicialização da Saúde da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 046/2023 - NJS, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 1320.01.00894/2023-34, instaurado em desfavor de NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 34.729.047/0001-02 para apurar descumprimento contratual, DECIDE com base nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (92410479), bem como pelas demais provas também já colacionadas, APLICAR a penalidade de MULTA no valor histórico de R\$ 15.701,82 (quinze mil, setecentos e um reais e oitenta e dois centavos), o qual deve ser atualizado conforme parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Superintendente de Judicialização da Saúde da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 050/2023 - NJS, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 1320.01.0104287/2023-56, instaurado em desfavor de ACACIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 03.945.035/0001-91 para apurar descumprimento contratual, DECIDE com base nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (8069410), bem como pelas demais provas também já colacionadas, APLICAR a penalidade de MULTA no valor histórico de R\$ 19,20 (dezoito e vinte centavos), o qual deve ser atualizado conforme parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Superintendente de Judicialização da Saúde da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) 052/2023-NJS, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 1320.01.0104360/2023-25, instaurado em desfavor de ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.192.829/0001-08 para apurar descumprimento contratual, DECIDE com base nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (94385889), bem como pelas demais provas também já colacionadas, APLICAR a penalidade de MULTA no valor histórico de R\$ 771,12 (setecentos e setenta e um reais e dez centavos), o qual deve ser atualizado conforme parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Diretor de Planejamento e Aquisição de Medicamentos da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 019/2022 - DMESP, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo nº: 1320.01.0175860/2022-22, instaurado em desfavor de ESPECIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 00.005.822/0001-12, haja vista apuração de descumprimento contratual, DECIDE com fundamento nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (67433986) e Memorando SES/SUBFG-SILC-CAIF nº 1101/2025 (12676342), APLICAR a penalidade de MULTA, no valor de R\$ 56.177,52 (cinquenta e seis mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme detalhado na planilha de cálculos (62691477), podendo o valor ser atualizado em consonância com parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Diretor de Planejamento e Aquisição de Medicamentos da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 003/2023 - DMESP, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo nº: 1320.01.0007962/2023-67, instaurado em desfavor de SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 10.588.595/0001-92, haja vista apuração de descumprimento contratual, DECIDE com fundamento nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), por meio do Relatório Conclusivo - SES/SUBFG-SILC-CAIF (118638596) e Memorando 1164 (127309969), APLICAR a penalidade de MULTA, no valor de R\$ 420.587,50 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme detalhado na planilha de cálculos (116227253), podendo o valor ser atualizado em consonância com parâmetros legais.

A demanda poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Recurso Administrativo por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes – SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Superintendente de Vigilância Epidemiológica da SES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES nº 7.353/2020, no que se refere ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) nº 001/2022-DVAT, que tramita neste Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo nº: 1320.01.0052404/2020-32, instaurado em desfavor de MED CENTER COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.874.929/0001-40, haja vista apuração de descumprimento contratual, DECIDE com base nas conclusões a que chegou a Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF), referente à admissibilidade, Memorando SES/SUBFG-SILC-CAIF nº 893 (122954976), e o órgão de encaminhamento jurídico através da Nota Jurídica nº 419/2025 (123448408), referente ao mérito, CONHECER DO RECURSO interposto nos autos e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, para MANTER a sanção aplicada por meio da Decisão SES/SUBVS-SVE-DVAT nº 9/2025 (119024339), pelo qual foi aplicada a fornecedora a penalidade de MULTA, no valor histórico de R\$ 16.977,69 (dezesseis mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos), a ser atualizados conforme parâmetros legais.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores (CAIF) informa o arquivamento do PAP nº 006/2022-DVAT (Processo SEI nº 1320.01.0074963/2021-96), instaurado em 25 de abril de 2022, em desfavor de SOMA-MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.927.876/0001-67, em razão do pagamento constatado conforme Termo de Arquivamento (127255324).

50 cm -24.2151316 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Extrato do TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Convênio de Cooperação Mutua nº 009/2022, em cumprimento a determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedeante: Município de Pedra do Anta - MG. Cessionário: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Objeto: prorrogação de cessão da servidora municipal CAMILA MACHADO CORDEIRO MOTTA, TGS. Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026. Assinatura: 19/11/2025 Signatários: Jânio Mady dos Santos, Diretor Geral do TRF da 6ª Região - Fábio Bacherchett Vitor - Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais. Processo SEI: 1320.01.0148155/2023-87

3 cm -24.2151026 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Extrato do Sexto TERMO ADITIVO ao Convênio de Cooperação Mutua nº 011/2019, em cumprimento a determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedeante: Município de Unai-MG. Cessionário: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Objeto: prorrogação de cessão da servidora municipal JULIANA RAMALHADA OLIVEIRA, matrícula 100135, Assistente de Consultório Dentário. Vigência: 01/01/2026 A 31/12/2026 do ato de disposição/cessão. Assinatura: 19/11/2026. Signatários: Thiago Martins Rodrigues, Prefeito do Município de Unai Minas Gerais - Fábio Bacherchett Vitor - Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais. SEI: 1320.01.0133016/2019-94.

3 cm -24.2150992 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 9378344/2023 - SEINFRA Nº 010/2023), decorrente da Tomada de Preços- Edital nº 129/2022, realizada em 20/12/2022 e homologada pelo Sr. Diretor Geral do DER/MG, em 03/03/2023; celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde e a Souza Camargos Engenharia Ltda. (CNPJ 42.055.192/0001-83). Objeto: “1.1.1 Prorrogar a vigência do Contrato original, por mais 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, de 01/12/2025, com nova data de término prevista para 20/11/2026, conforme previsto na Cláusula Setta - Prazos de Execução dos Serviços e de Vigência do Contrato e nos termos do Art. 57, §1º, inciso III, da Lei 8.666/93; 1.1.2 A prorrogação de execução do Contrato em 30 (trinta e dois) dias consecutivos; 1.2.3 Com fundamento na Cláusula Terceira- Preços, Medição, Pagamento e Reajustamento e nos termos do Art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, atualizar o saldo remanescente do valor contratado pelos valores referenciados ao mês de junho de 2025, utilizando os índices fornecidos para a Coluna 39 – Consultora, conforme item 3.7.1, 3.7.2, fornecidos pela FGV e divulgados pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes da Diretoria Executiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), demonstrados no anexo (125222892)”. “O valor do contrato passará de R\$ 193.621,43 (cento e noventa e três mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos) para R\$ 217.945,30 (duzentos e dezesseis mil novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos). Assim, considerando que R\$ 84.921,46 (oitenta e quatro mil novecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) foram executados pela SEINFRA e remanescendo o valor de R\$ 108.999,97 (cento e oito mil seiscientos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), sobre o qual incidirá o reajuste no

valor de R\$ 16.739,79 (dezesseis mil seiscientos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos), resultará o saldo R\$ 125.439,76 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos) a ser executado por esta Secretaria, conforme os cálculos apresentados pela unidade demandante (12522892).” Dotação Orçamentária: IAG 0; 4291.10.122.059.2024.0001.4490511.01. Data da assinatura: 24/11/2025. Assinatura: Thauris Alcides Maciel, pela Assinatura de Estado de Saúde de Minas Gerais e Felipe Henriques Camargos pela contratada.

8 cm -24.2151047 - 1

TERMO DE DOAÇÃO

Termo de Doação Eletrônico Nº 5596/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0094186/2023-19. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Município de Biquinhas. Objeto: 1 (uma) bomba costal pulverização motorizada. Valor total da doação: R\$1.710,86. Data de Assinatura: 24/11/2025.

Termo de Doação Eletrônico Nº 5614/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0077074/2023-32. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Município de Biquinhas. Objeto: 1 (uma) bomba costal pulverização motorizada. Valor total da doação: R\$1.710,86. Data de Assinatura: 24/11/2025.

Termo de Doação Eletrônico Nº 5610/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0190753/2023-71. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Município de Capim Branco. Objeto: 2 (dois) Pulverizador Motorizado. Valor total da doação: R\$ 2.759,42. Data de Assinatura: 24/11/2025.

Termo de Doação Eletrônico Nº 5611/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0028734/2023-77. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Município de Papagaios. Objeto: 1 (uma) bomba costal pulverização motorizada. Valor total da doação: R\$1.957,63. Data de Assinatura: 24/11/2025

5 cm -24.2151320 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Quarto TERMO ADITIVO ao Convênio de Cooperação Mutua nº 008/2022, em cumprimento a determinação exarada pela Secretaria de Estado de Governo. Cedeante: Município de Pedra do Anta - MG. Cessionário: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Objeto: prorrogação de cessão da servidora municipal MARIA APARECIDA NONATO, Analista de Planejamento e Execução do município cedente. Vigência: 01/01/2026 até 31/12/2026 do ato de disposição/cessão. Assinatura: 19/11/2025. Signatários: Eduardo José Viana, Prefeito do Município de Pedra do Anta - Fábio Bacherchett Vitor - Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais. SEI: 1320.01.0103721/2021-18.

3 cm -24.2151017 - 1

INTERDIÇÃO CAUTELAR SES/SUBVS-SVSA/NA Nº 127467450/2025

A Diretoria de Vigilância em Alimentos, nos termos do Artigo 1º da Resolução SES nº 9423, de 03 de abril de 2024, torna pública a medida de interdição cautelar aplicada pela autoridade sanitária estadual através do Termo de Interdição Cautelar DVA SVS nº 88742595/2024, por meio da qual ficou determinada a interdição cautelar referente ao Produto: Pão de queijo congelado, marca: Oásis Alimentos, Lote: 16290, com data de validade: 03/2026, produzido por: Oásis Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., localizada na Avenida Secretário Divino Padrin, 109, Santo Antônio, Setor Lagoas/MG, CEP: 35.702-075. CNPJ: 53.652.813/0001-22. A interdição se dá por representar risco de agravar a saúde da população, em virtude da detecção de 1,2 x 105 UFC/g de estafilococos coagulase positiva e de 8,2 x 102 UFC/g de Escherichia coli, valores que excedem os limites máximos permitidos pela Instrução Normativa Anvisa nº 161, de 01/07/2022 de 1x105 UFC/g e 5 x 102 UFC/g, ou equivalentes. Os resultados restam evidenciados no Laudo de análise nº 2730.1P.0255 emitido pelo Instituto Octávio Magalhães (IOM) da Fundação Ezequiel Dias (FUNED)- LACEN/MG. Publique-se e notifique-se.

Ângela Ferreira Vieira  
Diretora em Vigência de Alimentos

5 cm -24.2151244 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 946950/2025, decorrente do processo de compras nº 1321151 000017/2025celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde e a MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. (CNPJ: 02.949.582/0001-82). Objeto: “prorrogação de vigência do Contrato nº946950/2025, pelo período de 6 (seis) meses e 13 (treze) dias, a partir de 17/12/2025 a 30/06/2026, sem qualquer impacto financeiro”. O valor global do contrato não sofrerá qualquer impacto, sendo a prorrogação necessária (do somente para entrega de equipamentos e treinamento operacional para equipe de profissionais que operacionalizarão o equipamento, e treinamento técnico básico para os técnicos / engenheiros da Eletromedicina, nos termos do item 10.1.10.4.0.2 do Contrato (114642215). Data da assinatura: 19/11/2025. Assinam: Camilla Souza de Castro pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Jefferson Francisco Zelaski contratada.

4 cm -24.2151046 - 1

## Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais - ESP-MG

CREDECIAAMENTO DE DOCENTE 02/2024

A Diretora Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP/MG, torna público o Resultado da Análise de Documentos do Credenciamento nº 02/2024 - Curso Técnico em Saúde Bucal, Função: Função de concentração para o Município de Pedra Azul e Pouso Alegre, disponível no site do ESP/ MG através do endereço eletrônico <http://www.esp.mg.gov.br>

2 cm -24.2150905 - 1

## Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - Hemominas

AVISO DE PREGÃO

A Hemominas comunica que realizará através do sítio [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) o P. Eletrônico nº 2320310.214/25, SEI 2320.01.0014775/2024-33, contratação de “outsourcing de impressor”. A sessão será realizada no dia 10/12/25 as 9 horas, data e hora limite para cadastramento da proposta no sistema eletrônico. O edital encontra-se disponível nos sítios [www.hemominas.mg.gov.br](http://www.hemominas.mg.gov.br) e [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). Belo Horizonte, 24/11/2025.

2 cm -24.2151122 - 1

## Fundação Ezequiel Dias - Funed

EXTRATO DO CONTRATO

Espécie: Contrato nº 9483913/2025. Processo SEI nº 2260.01.00091010/2024-15. Objeto: Aquisição de Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva, com Fornecimento de Peças, e Calibração para Equipamentos da Marca Thermo Fisher. Dotação Orçamentária: 2261.10.303.154.4460.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.571.152.4456.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.303.154.4459.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.303.153.4457.1.3.3.90.39.21.0.10.1; e 2261.10.122.705.2001.1.3.3.90.39.21.0.10.1. Inexigibilidade de Licitação nº 245/2025. Vigência: 05 (cinco) anos contados a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Valor: R\$ 3.807.104,30 (três milhões, oitocentos e sete mil cento e quatro reais e trinta centavos). Contratada: Datamed Ltda. Contratante: Fundação Ezequiel Dias - Funed. Assinatura: 24/11/2025. Robson Cavalcante da Silva - Diretor Industrial/FUNED; Glauco de Carvalho Pereira - Diretor do Instituto Octávio Magalhães; Joel José Dos Passos - Diretor da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento; Dimitri Assis de Souza - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças - DPGE.

4 cm -24.2151374 - 1

EXTRATO DO CONTRATO

Espécie: Contrato nº 9483912/2025. Processo SEI nº 2260.01.0000070/2025-28. Objeto: Aquisição de NICOTINAMIDA ADENINA DINUCLEOTÍDEO, DODECILSULFATO DE SÓDIO, FOLIN CINCIOALTEU, L-CISTINA E RAMINOSÉ MONOHIDRATADA. Dotações Orçamentárias: 2261.10.303.154.4460.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.571.152.4456.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.303.153.4457.1.3.3.90.39.21.0.10.1. Pregão Eletrônico nº 208/2025. Vigência: 01 (um) ano contado a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Valor: R\$ 20.777,00. Contratante: Fundação Ezequiel Dias - Funed. Contratada: Sigma Alédric Brasil Ltda. Assinatura: 19/11/2025. Glauco de Carvalho Pereira - Diretor do Instituto Octávio Magalhães/Funed Joel José Dos Passos Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento/Funed Robson Cavalcante da Silva Diretor Industrial/Funed

5 cm -24.2150998 - 1

EXTRATO DO CONTRATO

Espécie: Contrato nº 9481927/2025. Processo SEI nº 2260.01.0004305/2025-92. Objeto: Contratação da prestação de serviço contínuo de fornecimento de gás natural. Dotações orçamentárias: 2261.10.303.154.4459.0001.339039.99.10.1 e 2261.10.303.154.4460.0001.339039.99.0.10.1. Inexigibilidade de Licitação nº 287/2025. Vigência: Prazo indeterminado. Valor: R\$ 12.435.542,35 (doze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Contratante: Fundação Ezequiel Dias. Contratada: Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG. Assinatura: 24/11/2025.

Robson Cavalcante da Silva  
Diretor Industrial/FUNED.

3 cm -24.2151505 - 1

EXTRATO DO CONTRATO

Espécie: Contrato nº 9483914/2025. Processo SEI nº 2260.01.00091010/2024-15. Objeto: Aquisição de Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva, com Fornecimento de Peças, e Calibração para Equipamentos da Marca Thermo Fisher. Dotação Orçamentária: 2261.10.303.154.4460.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.571.152.4456.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.303.154.4459.1.3.3.90.39.21.0.10.1; 2261.10.303.153.4457.1.3.3.90.39.21.0.10.1; e 2261.10.122.705.2001.1.3.3.90.39.21.0.10.1. Inexigibilidade de Licitação nº 245/2025. Vigência: 05 (cinco) anos contados a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Valor: R\$ 2.510.777,95 (dois milhões, quinhentos e dez mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Contratada: Datamed Ltda. Contratante: Fundação Ezequiel Dias - Funed. Assinatura: 24/11/2025. Robson Cavalcante da Silva - Diretor Industrial/Funed; Glauco de Carvalho Pereira - Diretor do Instituto Octávio Magalhães; Joel José Dos Passos - Diretor da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento; Dimitri Assis de Souza - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças - DPGE.

5 cm -24.2151373 - 1

## Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig

RESULTADO FINAL DOS RECURSOS INTERPOSTOS E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – HOSPITAL CRISTIANO MACHADO - HCM-FHEMIG Nº 156/2025

A Diretora de Gestão de Pessoas da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 49.085, de 11 de agosto de 2025 e conforme disposto na Lei Estadual nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020 e no Decreto estadual nº 48.097, de 23 de dezembro de 2020, TORNAR PÚBLICO o Resultado Final dos Recursos Interpostos e Homologação, referente ao Regulamento nº 156/2025 do Hospital Cristiano Machado: Médico Generalista.

Classificação	Unidade	Função	Inscrição	Nome do Candidato	Nota Validada	Nota Entrevista	Nota Final	Situação
1º	FHEMIG - HCM	Médico Generalista	2501700072	LAUDIENE RIBEIRO DE SOUZA	20	60	80	Classificado
2º	FHEMIG - HCM	Médico Generalista	2501700116	PATRICIA GABRIELA DE SOUZA NERI	15	60	75	Classificado
3º	FHEMIG - HCM	Médico Generalista	2501700074	ANA CLARA ARANTES VIEIRA	5	60	65	Cadastro Reserva - Recurso deferido
4º	FHEMIG - HCM	Médico Generalista	2501700100	GEICIMARA EMANUELE DA SILVA GOMES	0	60	60	Cadastro Reserva
	FHEMIG - HCM	Médico Generalista	2501700042	IZA COSTA COTTA	5	0	5	Desclassificado conforme item 9.9 a)

Marina Emediata Lara Carvalho Mohl  
Diretora de Gestão de Pessoas

16 cm -24.2151037 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202511259170979341.